

História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Menezes, Sezinando Luiz; Costa, Célio Juvenal
Sobre cometas e arco-íris: Antônio Vieira, os jesuítas, o conhecimento revelado e a
ciência moderna
História Unisinos, vol. 16, núm. 3, septiembre-diciembre, 2012, pp. 369-378
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866796010>

Sobre cometas e arco-íris: Antônio Vieira, os jesuítas, o conhecimento revelado e a ciência moderna¹

On comets and rainbows: Antônio Vieira, the Jesuits, the revealed knowledge and modern science

Sezinando Luiz Menezes²

sl.menezes@uol.com.br

Célio Juvenal Costa³

celio_costa@terra.com.br

Resumo. A partir das posições do jesuítas Antônio Vieira sobre os cometas, o trabalho analisa as conexões entre fé e “ciência” e procura demonstrar que, para os homens do século XVII, o conhecimento empírico do mundo natural era, também, uma forma de conhecer a Deus.

Palavras-chave: Antônio Vieira, ciência, fé, jesuítas.

Abstract. On the basis of the positions of the Jesuit priest, Antonio Vieira about the comets, the work examines connections between faith and “science” and seeks to demonstrate that for men of the 17th century the empirical knowledge of the natural world was also a form of knowing God.

Key words: Antônio Vieira, science, faith, Jesuits.

Na primeira metade do século XVII, Galileu Galilei, após aprimorar a luneta, passou a utilizá-la para observações astronômicas. Com base na observação do mundo que o cercava, no conhecimento empírico, Galileu comprovou as teorias de Copérnico sobre o movimento dos planetas.

Em uma cena da peça “Vida de Galileu” (Brecht, 1991), após ter-se apropriado da invenção da luneta, Galileu Galilei a apontou para os céus. Ao observar as estrelas de Júpiter, percebeu que elas estavam em movimento e tentou convencer um clérigo a utilizar o instrumento para olhar o céu e este se recusou. Na situação representada por Brecht, esse personagem tinha consciência de que não poderia aceitar as ideias de Galileu. Admitir que os planetas se encontravam em movimento equivaleria a aceitar a noção de que o mundo estava em transformação. Assim, para o personagem, as observações sobre o movimento da Terra tornariam possível aos camponeses acreditar que eles também poderiam

¹ A realização da pesquisa contou com o apoio da Fundação Araucária do Estado do Paraná

² Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá.

³ Professor adjunto do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

ser capazes de se movimentar, inclusive socialmente e, por exemplo, deixar de ser camponeses. Assim, os membros da Igreja não poderiam admitir a possibilidade do movimento dos *orbes celestes*.

A representação de Brecht encontra apoio em grande parte da historiografia que se dedica ao estudo da Igreja romana no inicio da modernidade. De forma predominante, essa instituição é tida como conservadora e contrária às transformações culturais daquela época. Vista de uma forma panorâmica, de fato, é inegável que a Igreja foi avessa às novidades da modernidade. Não entanto, esse processo não foi linear. Ao contrário, comportou avanços e recuos, idas e vindas, e se, em determinados momentos, o fogo da Inquisição purificou os hereges, em outros, houve pontífices que estimularam o conhecimento da natureza.

Assim, de forma distinta do que Brecht nos induz a pensar, a Igreja não se colocava, a princípio, contra o estudo da natureza. Ao contrário, não foram poucos os clérigos, jesuítas inclusive, que contribuíram para o desenvolvimento do conhecimento do mundo natural ao longo da modernidade.

O jesuíta português Antônio Vieira não permaneceu alheio à busca desse conhecimento. No entanto, ao explicar os fenômenos naturais, ora ele recorria aos textos sagrados, aos argumentos da fé, ora aos argumentos e postulados produzidos pelos “matemáticos” da modernidade. Assim, aparentemente, havia uma tensão entre o novo conhecimento produzido pela observação da natureza, pela racionalidade, e o conhecimento revelado, o princípio da autoridade.

Tal tensão tornou possível que os estudiosos desse aspecto da obra de Vieira chegassem a conclusões antagônicas entre si. Cardoso, por exemplo, considera que ele não aderiu às ideias mais avançadas de seu tempo e “preferiu ignorar o burburinho científico-racionalista de seu século”. Esse analista relaciona tal posição ao fato de o jesuíta “manter-se alinhado aos valores aristocráticos da sociedade de seu tempo”, ou ser “um conservador, mais voltado para o passado do que para o futuro” (Cardoso, 1996, p. 31). Posição oposta pode ser observada em Mourão, que considera que as observações de Vieira sobre os cometas foram contribuições importantes para a história da astronomia (Mourão, 1999). Vejamos essa questão mais detidamente.

Para Vieira, os cometas haviam sido criados por Deus no início dos tempos com a finalidade de serem emissários de mensagens divinas para os homens. Nesse sentido, Deus teria reservado aos cometas um papel semelhante ao dos profetas. Dependendo de sua intensidade, duração e formato, um cometa poderia ser emissário de bons ou maus presságios. Para o jesuíta, de maneira geral, um cometa em forma de palma podia significar bons presságios, já na forma de espada, problemas. Ressalte-se

que a forma não era a única característica a ser interpretada; aspectos como cor, intensidade, tamanho, brilho e velocidade também deveriam ser considerados. De qualquer forma, a passagem de um cometa significava uma mensagem divina a ser interpretada, pois, na época de Vieira, encontrava-se disseminada a crença “de que era no céu que mais de uma vez Deus inscrevia os avisos que entendia comunicar aos homens” (Cidade, 1953, p. IX). Contudo, embora a interpretação mística dos cometas fosse bastante disseminada, na época de Vieira os estudiosos já afirmavam que “os cometas constituíam fenômenos naturais, talvez de natureza atmosférica”, e procuravam “explicações lógicas para os efeitos maléficos que lhes atribuíam” (Mourão, 1999).

Em dezembro de 1689, um cometa foi visto nos céus da Bahia. Em 14 de julho de 1690, envelhecido e doente, sem gozar mais do prestígio e importância que havia tido na corte joanina, Vieira informou, em uma carta destinada ao Duque de Cadaval, que esse cometa era “maior que o grandíssimo de 1680”. Analisando seu significado, Vieira afirmava: “a figura de palma [do cometa], na qual e na côr, que era de ouro, creram todos que prognosticava felicidades; também seu movimento era tão veloz, que nunca se viu semelhante em outro, com que demonstrava que os efeitos não tardariam muito”. Segundo ele, o cometa não havia sido visto nos céus da Europa, mas havia sido observado em “todas as partes de nossas conquistas”, e concluía: “com o que parece o fez Deus para os olhos dos portugueses” (Vieira, 1928, t. III, p. 586-587).

Cumpre lembrar que, nessa época, a situação econômica do Brasil era de intensa crise. O cultivo de tabaco havia sido, em grande parte, abandonado, pois a produção brasileira não conseguia encontrar mercado. Os preços do açúcar eram extremamente baixos, e os produtores reclamavam dos excessivos impostos e taxas. Tal situação vinculava-se tanto a problemas relacionados diretamente à produção, como, por exemplo, o aumento dos custos, quanto ao aumento da oferta no mercado, com o crescimento da produção nas Antilhas. Vieira interpretava a passagem daquele cometa nos céus da Bahia como uma resposta à crise, uma mensagem divina de que, em breve, melhores tempos chegariam para Portugal e suas colônias.

Em 1695, com a morte se avizinhando, Vieira manteve-se recolhido na Bahia, onde escreveu “Voz de Deus ao mundo, a Portugal e a Baia, Juízo do cometa que nela foi visto em 27 de outubro de 1695 e continua até hoje, 9 de novembro do mesmo ano”. Já no título, Vieira mostrou ao leitor que o cometa era “a voz de Deus ao mundo”. Mais adiante, afirmou: “sobre a suposição desta verdade e de serem os cometas vozes de Deus, se funda todo o discurso deste papel”, pois “depois que acabaram os profetas então começaram os cometas” (Vieira, 1953a, p. 3, 6).

A forma de sermão dada ao texto foi motivada pela passagem de um novo cometa pelos céus da Bahia, mas ele não se limitou a analisar esse astro: utilizou-se de seu aparecimento nos céus da Bahia para analisar o significado de outros cometas, cuja passagem havia sido registrada desde a Antiguidade até aquele momento. De início, afirmou que não pretendia fazer um estudo astronômico, que sua intenção não era “examinar ou definir a natureza, a matéria, o nascimento, o lugar, as instâncias, os aspectos, os movimentos, nem algumas das outras circunstâncias em que curiosamente se empregam as observações da astronomia” (Vieira, 1953a, vol. VII, p. 1). É importante lembrar que, ao iniciar o texto dessa forma, embora faça uma análise do significado místico, Vieira nos mostra que conhecia os estudos então realizados sobre o assunto.

Segundo o jesuíta, os cometas de 538, 945 e 1347 haviam causado “secas, esterilidades e fomes”, os de 983 e 1530 causaram inundações. Os de 1254 e 1530 causaram “tempestades de vento furiosíssimos”. Já o de 1347 teria sido responsável pela morte de um terço da população mundial em apenas três anos. Os cometas também teriam anunciado desastres políticos: “são instituídos por Deus para significar a morte dos príncipes e reis”, e disso existe “multidão de exemplos” (Vieira, 1953a, p. 19). Nessa multidão de exemplos, um foi particularmente significativo, a morte de D. Sebastião. Vejamos como Vieira tratou desse episódio.

No ano de 1577, preparando-se em Portugal a jornada de El-rei D. Sebastião à África [...] estava o Reino e a Corte dividida em duas opiniões: a dos moços e aduladores, que seguisse o Rei a deliberação ou apreensão de seus grandes espíritos; e a dos velhos e sisudos, que reconheciam as perigosas consequências, e aconselhavam o contrário. A um deles se conta perguntou o Rei de que cor era o medo; ao que ele respondeu:

- Da cor da prudência.

Senão quando aparece neste mesmo tempo um grande cometa, como mandado por Deus para decidir a questão. Todos o viam, e a cada um parecia da cor dos seus olhos e do seu afecto. Os aduladores, fazendo do nome verbo, diziam que o mesmo cometa desde o Céu estava bradando ao Rei que cometesse a empresa, e dizendo-lhe Deus por ele: cometa, cometa. Assim se creu e com tão cegos aplausos, que partido o escudo das sagradas quinas, já iam bordadas ao lado delas nos docéis (que depois foram lutos) as armas imperiais de Marrocos. Partiu enfim, a armada, e deu-se a infeliz batalha, sucedeu a morte de El-rei D. Sebastião ou a falta dele, que é o mesmo; e este foi o efeito daquele cometa, que durou até o fim do ano (Vieira, 1953a, p. 23-24).

Dessa forma, para Antônio Vieira, os “aduladores” fizeram do nome “cometa” verbo e diziam a D. Sebastião “cometa, cometa” a cruzada ao Marrocos. O jesuítico analisou ainda a passagem de outros cometas. Relacionou um deles com a morte de D. Henrique: “apareceu outro no ano de 1580. Morreu Dom Henrique” e Portugal caiu sob domínio castelhano (Vieira, 1953a, p. 24). Em 1618, outro cometa teria sido visto na Europa e, “inclinado e atravessado, representava a figura de um alfanje de fogo” (Vieira, 1953a, p. 39). Para Vieira, esse cometa anunciaava os ataques e o domínio holandês no nordeste do Brasil: “o primeiro golpe da figura do alfanje descarregou sobre a Baía” e “no mapa da América apareceu a metade do Brasil com o nome de Nova Holanda” (Vieira, 1953a, p. 39).

Finalmente, contrariando “os incautos”, que afirmavam que o cometa de 1695 traria felicidades para a Bahia, ele afirmou que, em razão de sua forma de “espada de fogo”, pela “grandeza” e pela “cor”, o astro anunciaava catástrofes (Vieira, 1953a, p. 36). Dessa forma, segundo Vieira, ora anunciando melhores tempos ora catástrofes, os cometas seriam enviados por Deus para anunciar os acontecimentos futuros da história dos homens.

Com essa lógica, seria natural que, de alguma forma, a cosmologia vieiriana fosse, em sua totalidade, mística. Contudo, convém lembrar, mais uma vez, que Vieira não desconhecia e nem desprezava os avanços do conhecimento empírico, pois, como afirmamos anteriormente, ele não ignorou os estudos de astronomia desenvolvidos no século XVII; apenas não considerou necessário incluí-los em sua análise de que os cometas seriam o “juízo de Deus”.

Nesse sentido, é importante verificar como o jesuítico analisou outros fenômenos naturais e como se posicionou sobre os avanços do conhecimento em sua época, pois seus conhecimentos astronômicos não se limitavam aos cometas. Em diversas ocasiões, ele se pronunciou sobre as novas teorias cosmológicas da época, como as de Galileu Galilei (1564-1642) e de Nicolau Copérnico (1473-1543).

No sermão pregado aos soldados da artilharia, no dia de Santa Bárbara, o jesuítico mostrava que na guerra moderna a ciência tornara-se importante. Por exemplo, em uma batalha naval: “Grande ciência geométrica é necessária para entre dous pontos inconstantes tirar uma linha certamente recta, qual a de seguir a bala para se empregar com efeito” (Vieira, 1959, vol. IX, p. 203). Não deixa de ser curioso que, embora Vieira considere necessário o conhecimento da geometria, afirme que a trajetória do projétil seja “uma linha certamente recta”. Na época de Vieira, Newton e Galileu, em seus estudos sobre a gravitação, já haviam demonstrado que a ação da gravidade sobre os corpos fazia com que trajetória de um projétil de canhão fosse parabólica.

Nesse mesmo sermão, Vieira considerava de forma positiva a utilização das armas de fogo nas batalhas, pois, segundo seu entendimento, a utilização da pólvora tinha equalizado os homens na guerra.

E que cousa boa trouxe ao mundo a pólvora? Um desengano universal, de que nenhum homem se deve fiar nas suas próprias forças. Antigamente havia Aquiles, havia Hércules, havia Sansões: Depois que a pólvora veio ao mundo, acabou-se a valentia dos braços. Um pigmeu com duas onças de pólvora pode derrubar o maior gigante (Vieira, 1959, vol. IX, p. 211).

No Sermão da Primeira Dominga do Advento, mais uma vez, citando os estudos astronômicos de Copérnico, Vieira mostrou conhecer os trabalhos dos “matemáticos” da modernidade. Lembramos que o livro de Copérnico, *As revoluções dos orbes celestes*, ao qual Vieira se referiu, havia sido publicado em 1543, e, em 1616, quando o futuro jesuítia tinha apenas oito anos, havia sido incluído na relação dos livros proibidos pela Igreja, o *Index*, “até que os seus erros fossem corrigidos”.

Copérnico, insigne matemático do próximo século, inventou um sistema do mundo, em que demonstrou, ou quis demonstrar (posto que erradamente), que não era o sol o que se movia e rodeava o mundo, senão que esta mesma terra em que vivemos, sem nós o sentirmos, é a que se move, e anda sempre à roda. De sorte que, quando a terra dá meia volta, então se descobre o Sol, e dizemos que nasce, e quando acaba de dar a outra meia volta então lhe desaparece o Sol, e dizemos que se põe. E a maravilha deste novo intento, é que na suposição dele corre todo o governo do universo, e as proporções dos astros e medidas dos tempos, com a mesma pontualidade e certeza com que até agora se tinham observado e estabelecido na suposição contrária (Vieira, 1959, vol. I, p. 82).

Ao considerar errada a teoria de Copérnico sobre o movimento dos planetas, Vieira não estava em desacordo com os seus contemporâneos. Embora *Da revolução dos Orbes Celestes* tivesse sido publicado em 1543, até o início do século XVIII existiam poucos estudiosos, entre eles Galileu e Kepler, convencidos de que as teorias de Copérnico estivessem corretas.

Quando analisou os movimentos dos planetas ou quando explicou a origem do arco-íris, Vieira o fez com base nos argumentos da nascente ciência. Demonstrando conhecer os escritos de Descartes que identificavam o arco-íris à reflexão da luz ao passar pelas gotas d’água da chuva, ele afirmava que a “verdadeira filosofia” ensinava

que, embora “todos os nossos olhos jurarão que estão vendo variedade de cores”, “naquele Arco não há cores, senão luz e água” (Vieira, 1959, vol. I, p. 159).

Finalmente, Vieira fez uma apologia do conhecimento empírico produzido com as navegações, contrapondo-o à “especulação” dos filósofos.

Nenhuma cousa houve mais assentada na Antiguidade, que ser inabitável a zona tórrida; e as razões com que os filósofos o provaram, eram ao parecer tão evidentes, que ninguém havia que o negasse. Descobriram, finalmente, os pilotos e marinheiros portugueses as costas da África, e souberam mais e filosofaram melhor sobre um só dia de vista, que todos os sábios e filósofos do mundo em cinco mil anos de especulação. O discurso de quem não viu são discursos, os discursos de quem viu, são profecias (Vieira, 1959, vol. I, p. 209).

Desta forma, para o jesuítia, o que tornou possível aos marinheiros conhecer melhor o mundo do que os filósofos é que estes baseavam seu saber em “cinco mil anos de especulações”, ao passo que os primeiros auferiam seus conhecimentos no contato com o mundo que tinha sido favorecido pelas navegações. Podiam assim provar, com base em suas próprias viagens, que os trópicos não eram inabitáveis. Vieira não estava a afirmar que os filósofos estavam errados, mas sim mostrando, “pela diferença dos tempos”, a superioridade do conhecimento que resultava da “experiência”. Segundo ele, “chegaram os portugueses com a espada onde Santo Agostinho não chegou com o entendimento” (Vieira, 1953b, vol. VIII, p. 205).

É importante ressaltar que, nos sermões, Antônio Vieira não mostra o conhecimento empírico da realidade material como um fim em si mesmo. Na pregação, a ciência torna-se “um suporte do discurso retórico” e, nesse sentido, subordina-se “aos objetivos catequéticos do sermão” (Carolino, 1997, p. 61).

Embora subordinado aos objetivos da pregação, o jesuítia mostra em vários sermões os avanços produzidos pela ciência da modernidade. Contudo, são nos seus textos proféticos ou messiânicos que Vieira mais questiona o predomínio de um saber “antigo” e faz uma apologia da ciência moderna.

Segundo nosso entendimento, essa posição de Vieira sobre a ciência moderna vinculava-se à sua necessidade de defender a ideia de que Portugal era o reino escolhido por Deus para instituir o Quinto Império. Ou seja, a leitura de profetas canônicos, sobretudo de Daniel, permitia a Vieira acreditar na iminência da universalização do cristianismo com o advento do Quinto Império, mas não legitimava sua crença de que Portugal era o Reino dos homens escolhido por Deus para isso.

Bandarra⁴ foi o “profeta” que permitiu a Vieira afirmar que Portugal é que cumpriria a profecia do Quinto Império. Ora, o sapateiro de Troncoso viveu no século XVI e produziu, para Vieira, um “saber” superior ao dos antigos. Da mesma forma que Bandarra, os filósofos da modernidade também produziram um conhecimento superior. Ou seja, para reafirmar suas crenças místicas, Vieira abriu as portas ao conhecimento empírico produzido na modernidade. É possível que seja por isso que, na *História do futuro*, cuja finalidade era comprovar as crenças escatológicas de Antônio Vieira – a proximidade do Quinto Império –, essas questões sejam mais profunda e incisivamente expostas.

Na Defesa do livro intitulado Quinto Império, texto escrito em resposta às acusações da Inquisição de que Vieira queria saber mais que “os padres e doutores antigos”, o jesuíta mostrou, mais uma vez, que os marinheiros portugueses, mesmo não tendo a genialidade dos grandes pensadores da humanidade, mesmo sendo homens comuns, que sequer sabiam ler e escrever, teriam produzido, “pela diferença dos tempos”, um conhecimento superior ao dos grandes sábios como Aristóteles e Santo Agostinho. Segundo Vieira, estes últimos não alcançaram o conhecimento “da zona tórrida” e dos “antípodas” por “falta de notícia”, isto é, por falta de conhecimento sobre aquela região do planeta.⁵

Já disse que acerca da zona tórrida e dos antípodas ensinaram os pilotos portugueses ao mundo, sem saberem ler nem escrever, o que não alcançou Aristóteles, nem Sto. Agostinho pela diferença dos tempos, e sendo os tempos, como confessam os mesmos padres, o melhor intérprete das profecias, bem pode acontecer sem maravilha e cuidar-se sem presunção, que um homem muito menos sábio possa atender, depois do discurso de largos anos e sucessos, algumas profecias que os antigos, sapientíssimos e santíssimos, por falta de notícia não declararam nem alcançaram (Vieira, 1952, p. 156-157).

Essa mesma questão foi tratada em *História do futuro*, contudo, para poder escrever sobre a possibilidade ou, mais que isso, a inevitabilidade da universalização do reino de Deus na terra pelos portugueses e mostrar

que as novas profecias se realizariam, Vieira se obrigou a contradizer e afrontar os sábios da Igreja.

É porventura o saber e dizer património só da Antiguidade [...]? São os Antigos como os cântaros de Sareftana que depois de cheios, parou a fonte milagrosa e não correu mais óleo? Houve neste grande oceano de ciências alguma nau Vitória que desse volta a todo o mar? Ou algum Gama que, passado o Cabo da Boa Esperança, a tirasse de todos os outros de novos descobrimentos? E se depois deste famoso círculo do Universo, ainda ficaram mares e terras incógnitas que prometem novas empresas e novos argonautas, que será na esfera da sabedoria e da verdade, cuja infinita circunferência só a pode alcançar [...]. [...] porque não quererão os adoradores ou aduladores da Antiguidade que, ainda depois de tanto dito, haja mais que dizer, e depois de tanto escrito, haja mais que escrever, e depois de tanto estudado e sabido, haja mais que estudar e saber? (Vieira, 1953b, vol. VIII, p. 170).

Assim, para o jesuítico, aos homens do (seu) presente eram possíveis novos saberes, novos estudos, distintos daqueles da Antiguidade. Os homens do presente poderiam ser pequenos, quando comparados aos grandes homens do passado, mas, “como vivemos depois deles e sobre eles por benefício do tempo, vemos hoje o que viram e um pouco mais”, pois “um pigmeu sobre um gigante pode ver mais que ele”. E o jesuítico concluía: “o último degrau da escada não é maior que os outros; antes pode ser menor; mas basta ser o último para que dele se possa alcançar o que de outros não se alcança” (Vieira, 1953b, vol. VIII, p. 139-140).

Ao analisar o emprego da geometria e da pólvora na guerra e ao afirmar a superioridade do conhecimento empírico produzido pelos portugueses, Vieira abandonou o princípio da autoridade, da verdade revelada, e buscou a fonte do saber na experiência humana. Segundo seu entendimento “não se estuda nas academias de ciências, senão na Universidade do mundo” (Vieira, 1953a vol. VII, p. 162).

Para Mourão (1999), a posição de Vieira sobre os cometas o colocaria “entre os teólogos e os físicos, pois, realmente, se bem que aceitasse a ideia de um sinal divino, procurava uma explicação de natureza física”. Esse autor atribui essa posição de Vieira às “suas leituras” e aos “contatos com os astrônomos jesuítas de origem alemã

⁴ Gonçalo Anes, o Bandarra, sapateiro de ofício, teria nascido em 1500 e morrido em 1545 para alguns estudiosos. Para Antônio Vieira, o seu falecimento teria ocorrido em 1540. Outras fontes estabelecem ainda 1560 ou 1556 como a data do falecimento do sapateiro (cf. Lipiner, 1993, p. 23). A primeira edição impressa de parte dos manuscritos foi efetuada em Paris, no ano de 1602, por D. João de Castro, portanto, somente mais de meio século depois de terem sido escritos e já sob o domínio castelhano. Até então, suas trovas circulavam em cópias manuscritas (Hermann, 1998; Lipiner, 1993). Sobre a forma de circulação, recepção e reelaboração das trovas de Bandarra em Portugal, ver Hermann (1998). As informações que temos sobre a vida de Gonçalo Anes constam, em sua quase totalidade, do seu processo inquisitorial. Segundo Basselaar, até a publicação de seu processo acreditava-se que Bandarra fosse muito pobre e analfabeto e que, para compor suas trovas, teria ditado suas profecias ao Padre Gabriel João de Trancoso, “mas na sua declaração ao Tribunal lemou que ‘fora rico e abastado, mas que queria mais sua pobreza em dizer a verdade e o que cumpria à sua consciência, que não dizer outra cousa’” (Basselaar, 2002, p. 278).

⁵ Segundo Bluteau (1712-1728, p. 754): “Notícia – conhecimento ou cousa que vem ao conhecimento.” [...] “Aos ignorantes parece cousa maravilhosa que, no entendimento, & memoria de um so homem, caibão tantas notícias.”

com os quais conviveu". De nossa parte, acreditamos que as posições de Vieira sobre a natureza não eram resultantes de seu contato com "astrônomos jesuítas alemães", mas sim do fato de que ele era português e jesuítico. Explicamos.

Para legitimar as profecias de Bandarra, Vieira advogou pela superioridade do conhecimento produzido em sua época. No entanto, isso, por si só, não explica a valorização do conhecimento empírico produzido tanto pelos navegantes portugueses quanto pelos filósofos da modernidade. Essa postura de Vieira relaciona-se à própria forma de ser da Companhia de Jesus, pois não podemos nos esquecer de que Antônio Vieira era jesuítico.

As ordens religiosas regulares surgiram a partir do século VI, com a fundação do mosteiro de Monte Cassino, na Itália, por São Bento de Núrsia. Buscando uma maior proximidade com o mundo sagrado, os monges isolavam-se do mundo real e dedicavam-se à oração, ao trabalho, à vida comunitária. Posteriormente, franciscanos e dominicanos, entre outras ordens, professaram votos de caridade e pobreza e mantiveram as regras de vida comunitária nos mosteiros, afastando-se, tanto quanto possível, das tentações do mundo profano.

A Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1534, surgiu em outro contexto e com outros propósitos. Foi fundada como instrumento, "consciente ou não do ponto de vista de seus fundadores, da reforma da Igreja e dos novos desafios de expansão do cristianismo católico" (Costa, 2004, p. 116). Nascida em um momento em que a Igreja precisava expandir a fé, converter infiéis e catequizar gentios, a Companhia de Jesus abandonou a contemplação e o recolhimento e se caracterizou pela ação, pela busca dos objetos de catequese onde e quando os navios portugueses, espanhóis e franceses conduzissem seus membros. Da mesma forma, utilizou-se dos mais diferentes instrumentos que poderiam ser úteis em sua ação.

No Brasil, por exemplo, é conhecido o fato de os jesuítas, com base no latim, terem produzido uma gramática da "língua geral", isto é, da língua mais falada nas partes do Brasil. Essa gramática, publicada e estudada em Coimbra, permitia que os jesuítas destinados ao Brasil tivessem conhecimento da língua que lhes facultaria estabelecer a comunicação com os nativos. Outro exemplo bastante conhecido é a utilização do teatro por José de Anchieta. Escritos e encenados na "língua geral", seus autos mostravam sempre a luta de Deus contra o Diabo, personificados, respectivamente, no jesuítico e no líder espiritual dos nativos, com a vitória do "bem" sobre o "mal".

Outra ação pode ser observada nas cartas em que Francisco Xavier relatou as dificuldades da ação evangelizadora no Japão. Xavier percebeu que somente as explicações dos catecismos, os exemplos de retidão não eram suficientes para conduzir um grande número

de japoneses à conversão ao cristianismo. "As explicações científicas mais modernas descobertas no Ocidente [...] se tornaram um verdadeiro instrumento de conversão, adquirindo o respeito dos seus ouvintes, principalmente quando disputavam com os sábios bonzos" (Costa, 2004, p. 171).

Para exercer sua ação catequética, os jesuítas procuraram se adaptar a diferentes situações e, em seus esforços de conversão no Japão, recorreram a conhecimentos produzidos pela ciência ocidental.

Ao chegar à China, perceberam que, para expandir o cristianismo, deveriam obter a conversão da elite. Por conseguinte, concentraram seus esforços no convencimento da corte e dos letados chineses, colocando-os a par dos avanços da ciência ocidental, na matemática, na química, na física e, principalmente, na astronomia. Concomitantemente, realizaram uma profunda imersão na cultura chinesa. Estudaram sua língua, sua história, sua filosofia e suas religiões. Obras literárias chinesas foram traduzidas. De forma semelhante ao realizado entre os tupis no Brasil, utilizaram-se da gramática latina para promover uma romanização dos ideogramas chineses, criando, assim, a possibilidade de uma escrita comum entre chineses e ocidentais.

Outra iniciativa importante e surpreendente dos jesuítas na China foi a diminuição do destaque atribuído à figura do Cristo crucificado no panteão de imagens sacras. Aos letados chineses, a ideia de um Deus crucificado poderoso era difícil de aceitar. Um Deus que se permitira tamanha humilhação gerava muita desconfiança. Igualmente incômoda deve ter sido a ideia de que esse Deus, poderoso, onipresente e providencialista, tinha permitido que os homens reservassem ao próprio filho tamanho sofrimento. Assim, Cristo crucificado desceu alguns degraus no panteão das imagens das santidades cristãs e, em seu lugar, foi destacada a imagem da Virgem Maria (Costa, 2004).

Talvez a "querela dos ritos chineses" seja o que mais esclarece as razões da maleabilidade do catolicismo pregado pelos jesuítas em sua luta pela expansão da fé, o que chegou a dividir os missionários por quase cem anos (1650-1742). Reproduzimos aqui a sucinta descrição do episódio efetuado por Boxer.

A sociedade chinesa da época baseava-se num sistema de família, cujo núcleo era a veneração aos antepassados e os sacrifícios rituais em honra deles. Paralelamente a esses ritos ancestrais, havia o culto do Estado a Confúcio, que também incluía cerimônias em que se acendiam velas e se queimava incenso. Em seu conjunto, constituíam a pedra angular do sistema a partir do qual o imperador e a classe governante da China – os chamados letados ou a nobreza erudita – obtinham

sua autoridade. Negligenciá-los era considerado imperdoável, tanto social como politicamente, ao passo que aderir a quaisquer das duas religiões populares – o budismo e o taoísmo – era opcional.

Mateo Ricci, o célebre fundador da missão jesuítica de Pequim, estava convencido, depois de ter estudado os clássicos chineses, de que os ritos não eram “certamente idólatras e talvez, não fossem nem mesmo supersticiosos”. Considerava-os essencialmente cívicos e acreditava que, no decorrer do tempo, poderiam se converter em práticas católicas (Boxer, 2002, p. 252).

A posição de Mateo Ricci tornou-se hegemônica entre os jesuítas, chegando com o tempo, após infináveis debates, a convencer o papado de que não haveria incompatibilidade entre o cristianismo e o culto aos antepassados. Entretanto, missionários franciscanos, dominicanos e posteriormente agostinianos não concordavam com a posição dos jesuítas. O embate deflagrado colocou em campos opostos os jesuítas e as demais ordens missionárias. Finalmente, o papado proibiu esse sincretismo e, em 1725, por meio da constituição *Ex illa die*, considerou tais cerimônias idólatras. Contudo, os jesuítas utilizavam-se de vários argumentos para continuar aceitando os ritos chineses.

Outro aspecto da atuação dos jesuítas que contribui para a compreensão das transformações que ocorriam naqueles homens relaciona-se à necessidade de prover materialmente as necessidades do trabalho catequético.

Além da valorização do conhecimento da natureza como instrumento de conversão, outro aspecto, mais profundo, dessa questão vincula-se à concepção dos homens sobre o mundo natural. Segundo o cronista espanhol do século XVI, López de Gómara,

Deus criou o mundo por causa do homem e o entregou ao seu poder, e o colocou debaixo dos seus pés e, como Esdras diz, os que olham a Terra podem entender o que nela existe, assim Deus colocou o homem nesse desafio, e nos fez mercedores e capazes de poder entendê-lo (in Saez, 1999, p. 73).

Dessa forma, no início da modernidade, entendia-se que “o mundo era um livro cuja leitura nos aproximava do Criador. Tanto a ordem da natureza como o desenvolvimento da História respondia a seu destino, por isso dali se conclui que a reflexão a respeito de um e de outro permitia que se maravilhasse com sua grandeza” (Saez, 1999, p. 73).

Sendo assim, “essa concepção do mundo como um livro aberto, permite uma aproximação de Deus e inspirou muitos religiosos a uma pesquisa sobre a natureza e sobre a história humana para conhecer melhor o Criador” (Saez, 1999, p. 73-74).

Tal concepção pode ser claramente observada na *História do futuro*. Nesse texto, o jesuíta recorreu ao “prodígio livro” “Das Retractações”, de Santo Agostinho, para quem “errar em alguma cousa é fraqueza de homens; acertar em tudo é perfeição de anjos”. Ora, como homens, e não anjos, os “Santos Padres” eram passíveis de erros e, dessa forma, erraram ao interpretar os textos proféticos canônicos. No entanto, teriam sido induzidos ao erro pela falta de conhecimento do mundo natural. Vejamos como Vieira mostra a origem de tal erro.

A primeira ocasião que os Padres tiveram para não poderem entender em seu tempo o sentido literal e histórico daqueles textos proféticos, era a falta que então havia no Mundo da verdadeira e exacta cosmografia, e a errada opinião, ou de que o globo da Terra era perfeitamente esférico, ou de que as partes opostas às que naquele tempo se conheciam, eram só desertas, senão ainda inabitáveis. Esse sentimento, que foi de muitos filósofos antigos, se tinha entre os Padres por verdade muito certa e averiguada, negando geralmente a opinião, ou a fama, de haver os que então já se chamavam antípodas. Posto que os princípios por que os Padres os negavam, não eram entre todos as mesmas razões filosóficas, em que alguns se fundavam, que então (antes da experiência) tinham nome de razões, e hoje depois delas nos parecem ridículas (Vieira, 1953b, vol. VIII, p. 200).

Para Vieira, portanto, foi a “correta cosmologia” da modernidade que permitiu aos homens do presente uma “correta” interpretação dos textos sagrados, de forma que as explicações equivocadas da natureza produzida pelos antigos lhe pareciam “ridículas”. Vieira citou novamente Santo Agostinho, porque este se referia à impossibilidade de haver “antípodas”, “isto é, homens da outra parte do Mundo, onde o Sol lhes nasce a eles, quando se põe a nós”. Retomando a afirmação de Agostinho de que a existência de homens do outro lado do oceano não seria possível, porque todos os homens “que se propagaram [...] são descendentes de Adão” e, para habitar o outro lado do mundo, deveriam passar “por cima da imensidão do mar Oceano; e é grande absurdo dizer que os homens pudesse fazer tal navegação”, o jesuíta respondeu:

Não dissera isto o sapientíssimo Doutor [Santo Agostinho], se já naquele tempo estiveram escritas as histórias dos Portugueses; mas este é o maior louvor de nossa Nação (como disse um orador dela), que chegaram os Portugueses com a espada onde Santo Agostinho não chegou com o entendimento (Vieira, 1953b, vol. VIII, p. 205).

Assim, o conhecimento do mundo que as navegações realizadas por Portugal tinham proporcionado mostrou os erros dos filósofos antigos e tornou possível uma correta interpretação das escrituras.

Em razão tanto de objetivos mais pragmáticos, vinculados às necessidades da catequese e da expansão do cristianismo, da verdadeira fé, quanto de convicções mais profundas, que relacionavam o conhecimento da natureza a Deus, um grande número de jesuítas dedicou-se ao estudo da natureza, principalmente no Novo Mundo. Essa ênfase ao Novo Mundo relacionava-se, provavelmente, tanto ao fato de que essa região era ainda completamente desconhecida pelos europeus, quanto ao de ser uma região onde os jesuítas atuaram intensamente.

De acordo com o exposto, no início da modernidade, não havia se estabelecido uma oposição entre o conhecimento empírico e a fé. Mesmo as observações de Galileu podem não ter sido uma prova irrefutável dessa dissociação. De acordo com os epistemólogos Kuhn e Feyrabend, “grande parte do que observamos já está ‘contaminada’ pela experiência prévia de nossos condicionantes teóricos, ou seja, vemos não o que vemos, mas o que julgamos ver” (in Neves e Silva, 2010, p. 19); uma concepção previamente desenvolvida pode induzir a determinadas conclusões. Embora Galileu visse os astros em movimento, outros filósofos poderiam não vê-lo, mesmo se utilizando da luneta. De qualquer forma, é inegável que as observações de Galileu confirmavam as ideias de Copérnico de que os astros se encontravam em movimento e davam ensejo a um incisivo questionamento da cosmologia aristotélico-ptolomaica.

Desta forma, pode-se afirmar que a condenação de Galileu pela Inquisição não significava, ainda, a completa dissociação entre religião e ciência. É possível que essa dissociação tenha sido posterior, ocorrendo de forma mais radical a partir do século XIX, com o embate entre os criacionistas e o evolucionismo darwiniano. Nos primórdios da modernidade, o conhecimento empírico da natureza e a religião não eram apenas ligados, eram também complementares. Conforme vimos, o estudo da natureza não tinha o objetivo de confrontar as escrituras, ao contrário, visava decodificar as mensagens divinas que o homem, ainda, não compreendia.

Nesse sentido, é ilustrativo o fato de Copérnico ter dedicado “As revoluções dos orbes celestes” ao papa Paulo III, um papa conhecido como “progressista”, embora o próprio Copérnico soubesse “que certas pessoas, ao ouvirem dizer que eu atribuo determinados movimentos ao globo terrestre [...] imediatamente hão-de gritar a necessidade de eu ser condenado juntamente com tal opinião” (Copérnico, 1984, p. 5).

Em carta escrita a Cristina de Lorena, Grã-Duquesa Mãe da Toscana, em 1615, Galileu defende a ideia,

recorrente no início da modernidade, de que Deus havia escrito dois livros. A Bíblia e a natureza seriam os dois livros utilizados por Deus para falar aos homens. Sendo obras divinas, as escrituras e a natureza não são passíveis de erros. Ao contrário, os interpretres das escrituras podem não compreender devidamente o texto sagrado. Da mesma forma, os estudiosos da natureza podem entender como demonstração rigorosa o que não passa de opinião (Galilei, 2009).

Convém ressaltar, no entanto, que esta concepção já estava presente em escritores do século XVI (Saez, 1999). Estudar a natureza era buscar a compreensão das mensagens divinas. Assim, a leitura dos textos sagrados, da Bíblia e o estudo da natureza se completavam. Essa relação ajuda-nos a compreender por que pensadores como Newton e Galileu, por exemplo, dividiam seu tempo entre os estudos e as observações da natureza e a leitura da Bíblia; ao elevar a racionalidade como uma forma de conhecer o mundo, não descuidavam de afirmar sua crença em Deus. Nesse sentido, não havia, para Copérnico, incompatibilidade entre ser cônego da Igreja e escrever sobre o movimento dos *orbes celestes*. Enfim, pode-se afirmar que a Igreja obstaculizou muito menos e colaborou muito mais para o conhecimento do mundo natural do que normalmente se acredita.

Além disso, no século XVII, as antigas concepções que se originaram no mundo medieval ainda não haviam se tornado completamente passado e as concepções renascentistas ainda lutavam para se robustecer, se impor. O racionalismo não havia se imposto completamente, e, conforme foi exposto, mesmo os grandes estudiosos dos séculos XVI e XVII que não estavam vinculados diretamente à Igreja recorriam a explicações sobrenaturais ao estudar os fenômenos da natureza. Nesse sentido, consideramos extremamente apropriada a afirmação de Bosi sobre as crenças milenaristas de Vieira.

O leitor culto dos nossos dias talvez pasme ao perceber o candor com que um homem da estatura de Vieira dissertava sobre a ressurreição próxima de um rei morto havia pouco. No entanto, esse homem é o mesmo a quem Cristina da Suécia, discípula de Descartes, escolheria para diretor espiritual nos seus anos romanos (Bosi, 1998, p. 5).

É evidente, contudo, que ocorriam tensões e conflitos entre o novo conhecimento e o saber aceito até então. Tais conflitos ensejavam perseguições e condenações por parte do tribunal criado pela Igreja para zelar pela ortodoxia, a exemplo da condenação de Giordano Bruno e de Galileu Galilei. Contudo, também havia um estímulo da Igreja para que os filósofos investigassem a natureza.

Resta-nos, ainda, lembrar certa especificidade da Península Ibérica, particularmente de Portugal. Embora as navegações tivessem exigido dos portugueses o exame da natureza, as concepções de mundo calcadas na verdade revelada haviam ali deitado raízes mais profundas do que na Europa além Pirineus.

Em 1536, após insistentes pedidos da Coroa, o tribunal da Santa Inquisição foi instalado em Portugal. A partir de então, foi proibida a circulação de livros heréticos, além de outras medidas adotadas para zelar pela manutenção da ortodoxia, da “verdadeira fé”. Além disso, a difusão da tipografia foi muito lenta no reino luso; “as primeiras oficinas são de judeus e imprimem, a partir de 1487, livros em caracteres hebraicos” (Saraiva e Lopes, s.d., p. 175).

Ainda segundo Saraiva e Lopes, Portugal foi o único reino da Europa Ocidental onde as decisões do Concílio de Trento foram promulgadas integralmente e sem restrições. Dessa forma, os ventos das mudanças culturais que sopravam no restante da Europa Ocidental parecem ter sido barrados pelos Pirineus.

Tais acontecimentos expressam, segundo nosso entendimento, os caminhos que a própria sociedade portuguesa “escolheu”. A instalação do Tribunal da Inquisição, com a perseguição aos “heréticos”, principalmente os cristãos-novos, e a utilização do *Index* para manter longe de Portugal as novas ideias que o Renascimento veiculava vieram ao encontro dos anseios da maioria dos segmentos sociais que compunham a sociedade portuguesa. Ou seja, a Inquisição não era algo sobreposto, externo à sociedade. Ao contrário, ela foi expressão dos anseios, das crenças e dos desejos dos homens que a instituíram, e o início de suas atividades significou um duro golpe no humanismo lusitano e, provavelmente, contribuiu para o “retraimento” e “desânimo” observados por Saraiva e Lopes.

O humanismo como impulso criador e crítico anima, pode dizer-se a primeira metade do século XVI e atinge seu apogeu pouco antes de 1550 com o Colégio Real das Artes e o magistério dos humanistas a ele ligados, incluindo as representações acadêmicas de teatro clássico. Neste meio ou perto dele se formam algumas personalidades que virão a revelar-se na segunda metade do século, como Camões, Antônio Ferreira, Jorge Ferreira de Vasconcelos e Heitor Pinto. Mas entre as duas metades o contraste é flagrante: ao optimismo, confiança e audácia dos homens da primeira corresponde o sentimento de crise – assumindo às vezes formas dramáticas – dos homens que escrevem até cerca de 1570; e o retraimento, produto da prudência, do desânimo, ou da insignificância, dos que se seguem a estes (Saraiva e Lopes, s.d., p. 177).

A partir de então, em Portugal, “murcharam as promessas do humanismo”. Foi nesse ambiente cultural que, em 1608, nasceu Antônio Vieira. Por um lado, ele foi capaz de realizar uma leitura minuciosa da cor, forma, intensidade, luminosidade, duração e outras características dos cometas que cruzaram os céus desde a Antiguidade, para assim decodificar as mensagens sobre os acontecimentos futuros que Deus teria enviado aos homens por meio deles, leitura essa que pode ser observada também em filósofos daquela época. Por outro lado, ele foi leitor de textos proibidos pela Igreja, como os escritos de Descartes e Copérnico, conhecedor de estudos de Astronomia. Capaz de explicar cientificamente o arco-íris e de afirmar que, em razão do conhecimento que as navegações tornaram possível, os marinheiros portugueses superaram grandes pensadores, como Aristóteles e Santo Agostinho, puderam questionar o princípio da autoridade e propuseram a “experiência” como forma de obtenção do conhecimento. Assim foi Antônio Vieira.

Referências

- BASSELAAR, J.V.D. 2002. *Antônio Vieira, profecia e polêmica*. Rio de Janeiro, UERJ, 506 p.
- BLUTEAU, R. 1712-1718. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 8 vols.
- BOSI, A. 1998. Introdução. In: A. VIEIRA, *De profecia e Inquisição*. Brasília, Senado Federal, p. I-XLIV.
- BOXER, C. 2002. *O Império ultramarino português*. São Paulo, Companhia das Letras, 442 p.
- BRECHT, B. 1991. A vida de Galileu. In: B. BRECHT, *Teatro completo*. São Paulo, Paz e Terra, vol. VI, p. 51-170.
- CARDOSO, W. 1996. Abordagens científicas nos textos do Padre Antônio Vieira. *Estudos de História*, 3(1):19-32.
- CIDADE, H. 1953. Prefácio. In: A. VIEIRA, *Obras escolhidas*. Lisboa, Sá da Costa, vol. VII p. VII-XXIII.
- CAROLINO, L.M. 1997. A Ciência e os Topoi retóricos em Antônio Vieira: um caso de difusão cultural em Portugal e no Brasil durante o século XVII. *Revista da SBHC*, 18:55-72.
- COSTA, C.J. da. 2004. *A racionalidade jesuíta em tempos do arredondamento do mundo: o Império Português (1549-1599)*. Piracicaba, SP. Tese de Doutoramento. Universidade Metodista de Piracicaba – INIMEP, 325 p.
- COPÉRNICO, N. 1984. *A revolução dos orbes celestes*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 665 p.
- GALILEI, G. 2009. *Ciência e fé*. São Paulo, Unesp, 142 p.
- HERMANN, J. 1998. *No Reino do desejado*. São Paulo, Companhia das Letras, 379 p.
- LIPINER, E. 1993. *O sapateiro de Trancoso & o alfaiate de Setúbal*. Rio de Janeiro, Imago, 363 p.
- MOURÃO, R.R. de F. 1999. A contribuição do Padre Antônio Vieira à história da astronomia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 160(403). Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e19.html>. Acessado em: 24/05/2010.
- NEVES, M.C.D.; SILVA, J.A.P. da. 2010. *Da lua pós-copernicana, a relação ciência-arte de Galileo e Cigoli no Renascimento*. Maringá, Eduem, 69 p.

- SAEZ, H.C. 1999. *O nascimento da ciência moderna e a América*. Maringá, Eduem, 198 p.
- SARAIVA, A.J.; LOPES, O. [s.d.]. *História da literatura portuguesa*. Porto, Porto Ed., 1134 p.
- VIEIRA, A. 1953a. Voz de Deus ao mundo, a Portugal e a Baia, Juízo do cometa que nela foi visto em 27 de outubro de 1695 e continua até hoje, 9 de novembro do mesmo ano. In: A. VIEIRA, *Obras escolhidas*. Lisboa, Sá da Costa, vol. VII, p. 1-123.
- VIEIRA, A. 1953b. História do futuro. In: A. VIEIRA, *Obras escolhidas*. Lisboa, Sá da Costa, vols. VIII e IX.
- VIEIRA, A. 1928. *Cartas do Padre António Vieira*. Coordenadas e anotadas por João Lucio D'Azevedo. Coimbra, Imprensa da Universidade, t. III, 812 p.
- VIEIRA, A. 1959. *Sermões – Obra completa*. Lisboa, Lello & Irmão, 15 vols.
- VIEIRA, A. 1952. Esperanças de Portugal, quinto Império do mundo. In: A. VIEIRA, *Obras escolhidas*. Lisboa, Sá da Costa, vol. VI, p. 1-66.

Submetido: 20/05/2012

Aceito: 26/06/2012

Sezinando Luiz Menezes
Universidade Estadual de Maringá
Av. Colombo, 5790
87020-900, Maringá, PR, Brasil

Célio Juvenal Costa
Universidade Estadual de Maringá
Av. Colombo, 5790
87020-900, Maringá, PR, Brasil